

## ESPAÇO ABERTO

voltas, as corredeiras, cachoeiras, o barulho das águas, o silêncio, o rumor das matas, gemidos, cantos, o farfalhar. O vento no rosto, o odor da floresta, da cana fermentada, do capim-gordura.

Após uma curva, Pirapora e o segundo milagre: o da ressurreição. Os estímulos da natureza despertam a mente anes-tesiada pela vida monótona e automatizada.

4) A degradação do patrimônio ambiental da região tie-teana do Planalto Atlântico reflete o desenvolvimento selvagem do aglomerado paulistano e a cegueira dos seus planejadores.

Qualquer plano de desenvolvimento para a região metropolitana de São Paulo deveria reconhecer a suscetibilidade e a fragilidade das regiões vicinais a jusante da barragem Edgard de Souza, diante de interesses cada vez mais agressivos, que teimam em não vislumbrar o seu caráter de santuário histórico-cultural e a importância como patrimônio natural, não apenas para as populações do médio Tietê, como também para o próprio aglomerado da Grande São Paulo, tão carente em recursos do imaginário.

A degradação do rio Tietê e de suas matas ciliares, peixes, faunas, o desaparecimento da Mata Atlântica do Itaguá e Japi, a transformação das fazendas históricas em loteamentos de chácara, o esmagamento dos produtores artesanais tendem a apagar a memória da cultura caipira. E sem os seus símbolos e os seus espaços restará apenas a alienação e a marginalização.

"Encontrando-se na queda penhas diversamente grupadas, divide-se em muitos feixes, que espadanam, cruzam-se, confundem-se, formam uma massa confusa de espuma de um branco fulvo e atiram-se ao ar inumeráveis gotas de água que se reúnem em um espesso nevoeiro."

(Auguste de Saint-Hilaire — relato de visita ao Salto de Itu)

5) A história da conquista e controle do Tietê principiou no início deste século com o represamento do rio para a Usina Hidrelétrica de Edgard de Souza em Parnaíba (1901), seguindo-se a U.H. das Lavras em Salto (1906), U.H. de São Pedro em Itu (1917), U.H. do Rasgão em Pirapora (1925), U.H. de Porto Góis em Salto (1928).

Esta primeira fase do encilhamento do rio resultou em pequeno impacto ambiental, de vez que se tratavam de estruturas de pequeno porte.

Entretanto, a partir de meados deste século, fase do grande surto industrial na região da Grande São Paulo que caracterizou o pós-Guerra, a Light (governo Adhemar de Barros) alteou a barragem de Edgard de Souza (1955), executando obras de desvio das águas do rio Tietê para o sistema Billings, da Usina Henry Borden.

Em seguida, foi levantada a barragem de Pirapora subtraindo-se do Tietê as águas do rio Juqueri através de beamento na usina (agora reversível) de Edgard de Souza.

Livre dos seus tributários, o rio Tietê, a partir de Pirapora praticamente secou e o Salto de Itu minguou.

A implantação das obras do sistema Light para o Tietê marca o início do processo desenvolvimentista que privilegiava a capital em detrimento das demais regiões do Estado.

Seguindo a mesma esteira, a partir da década de 1960 vieram as obras do sistema Cantareira, com reflexos negativos sobre a bacia do rio Piracicaba, enquanto que, mais recentemente, no início da atual década, passou a se cogitar a posição de rios do vale do Ribeira (por enquanto desca-)

6) 1968. A questão do esgotamento dos recursos hídricos da Região Metropolitana e a apropriação de bens naturais em outras bacias: o conflito de interesses entre regiões vizinhas em condições de desigualdade de poder político-econômico.

A problemática da identidade cultural e histórica das populações ribeirinhas do Tietê abaixo de São Paulo: a luta pelo reconhecimento como região periférica metropolitana com direito de proteção ambiental.

O AI-5.

1986. A região metropolitana e a questão do agravamento das condições de recursos hídricos, a "exportação" (e a falta de institucionalização) da poluição para todo o vale do Tietê a jusante de São Paulo. A repetição de antigos erros e novas e importantes intervenções no controle hidráulico do rio sem a ação transparente e prévia discussão com as comunidades afetadas diretamente.

A região serrana do vale do Tietê abaixo de São Paulo apresenta problemática da degradação ambiental: a destruição, pelas atividades madeiras, das matas na serra do Japi, a exploração predatória dos recursos minerais, o abandono da memória edificada das cidades históricas e dos seus museus. A invasão da "mancha metropolitana": a perda da qualidade de vida. A problemática da reconstituição da Mata Atlântica e matas ciliares. A luta pelo reerguimento econômico equilibrado e a proteção da produção artesanal: a agrícola e a industrial.

7) Vivemos, em suma, um momento político-cultural marcado por uma lenta, porém, crescente democratização. Os problemas que antes seriam levados à Sociedade para discussão mas, atualmente, soam, as comunidades precisariam se organizar para a defesa de suas causas. E nos casos de conflito de conveniências entre regiões adjacentes, que se respeitem, sob critérios de justiça e de interesse das minorias e das comunidades política e economicamente mais fracas.

Ismar Ferrari — engenheiro, ex-professor de Engenharia na Mackenzie, é consultor em Engenharia de Solos e Fundações.

mutirão

# longe das câmeras de TV

## (o mutirão de Goiás)

Erminia Maricato e M. Moraes

Quem adentra a Vila Mutirão, conjunto habitacional de mil pequenas casas construídas em 1983 e mais 500 casas construídas em 1985, pode até ficar bem impressionado ao constatar, ao lado

da grande pobreza, certos cuidados que cercam a aparência do conjunto: algumas ruas são asfaltadas e iluminadas, árvores recém-plantadas revelam uma preocupação com o paisagismo. Há uma

enfermaria, bem como uma grande caixa d'água bem visível na entrada da Vila. Qualquer observador menos informado não se dará conta que essa Vila, uma ilha de casas simples e gente pobre, situada em pleno campo, é um exemplo privilegiado das profundas contradições que marcam a conjuntura política brasileira e a política habitacional. Vamos tentar aqui, longe das câmaras de TV que deram notoriedade à Vila e ao governador que a promoveu, uma análise dessa obra contraditória, que se chama Vila Mutirão.

### Um show dirigido com competência

Goiânia é uma cidade que conta atualmente com 800 mil habitantes, mais ou menos, dos quais 200 mil, aproximadamente, ocupam ilegalmente a terra onde moram. A penetração das relações capitalistas no campo atingiu o Estado de Goiás com grande impacto após a construção de Brasília, causando o engrossamento das fileiras de migrantes que, sem condições de trabalho no campo, tomaram o caminho da cidade a partir de 1970. Os que se recusaram a tomar o caminho e tentaram lutar para permanecer em terra rural têm protagonizado histórias dramáticas de violência exacerbada, nas quais a morte de camponeses e líderes sindicais rurais tem sido uma constante.

Na cidade cujo papel econômico principal, na região, é de entreposto comercial, a massa de mão-de-obra migrante se oferece a qualquer preço e, quando não é aproveitada na atividade da construção civil, o setor produtivo mais vigoroso de Goiânia, não tem muitas chances além de entregar-se aos bicos ou trabalhos temporários. As invasões de terra que se reiteraram como única saída para o assentamento residencial dessa população foram violentamente reprimidas pela polícia estadual durante o último governo nomeado pelo regime militar. O primeiro enfrentamento de invasores de terra com a polícia deu-se em 1979, quando 4 mil famílias lutaram contra tropas, tanques e tratores (que derrubaram algumas casas, soterrando uma criança). Esse episódio está vivo na memória dos moradores do Jardim Nova Esperança, como uma luta vitoriosa. Outros episódios violentos se seguiram a esse, em 1982 e 1983: Fazenda da Caveirinha (hoje Vila Finsocial), Parque Santa Cruz, Jardim Botânico etc.

É nesse contexto local em que o Estado, comprometido com o forte capital imobiliário, combate as ocupações massivas de terras pelos migrantes pobres, que surge a figura do candidato Íris Rezende, em eleições diretas, ao governo estadual em 1982. Opositorista, cassado pela ditadura militar em 1968, quando era prefeito de Goiânia, Íris Rezende surge na esteira do movimento oposicionista institucional que marcou os últimos anos do regime militar.

Sobre suas características pessoais (populista, centralizador, paternalista), sobre as alianças regionais e nacionais nas quais se apóia, seria necessário o desenvolvimento de uma análise específica, o que não vai ser feito aqui. De qualquer modo, é impossível entender a "popularidade" de Íris Rezende e o "sucesso" do mutirão das mil casas em um dia", sem entender um pouco desse personagem contraditório e do contexto político que lhe serve de cenário.

Eleito em 1982 com 1 milhão de votos, com promessas de dar uma solução ao candente problema da terra urbana em Goiânia, ele mostraria muito rapidamente que o caminho a seguir não seria esse, ou seja, o de contrariar os interesses dos proprietários de terra e loteadores, figuras muito bem situadas na estrutura regional de poder. Desviando-se como pô-

de da União dos Posseiros de Goiânia — entidade representativa de parte dos moradores de áreas invadidas, o ex-governador decide lançar um projeto impactante, seguindo proposta do seu então secretário de Planejamento Flávio Peixoto (ex-ministro do Desenvolvimento Urbano): tratava-se de um grande mutirão para a construção de mil casas em um só dia.

Lá, o ex-governador estaria ao raioar do dia como comandante do mutirão e como operário.

"Todo serviço que um operário fizer, eu o farei também."

De fato, às 6 horas da manhã do dia 16/10/83 lá estava ele para o grande acontecimento, preparado, sem dúvida, com muita competência. O terreno havia sido preparado, o arruamento estava pronto, os lotes demarcados, as valas feitas e as fossas negras abertas. Em cada lote foi depositada, previamente, no dia anterior, a família de elementos construtivos a serem utilizados na construção:

- 108 placas de concreto (2,5 cm espessura)
- 20 pilares de concreto (8x8 cm)
- 2 portas de madeira com portal de estrutura metálica
- 3 janelas de ferro e vidro
- 2.500 tijolos comuns
- 3 sacos de cimento
- 4 baldes de areia saibrosa
- 38 baldes de areia de cimento
- armação metálica do telhado
- 10 telhas (366 x 100 cm) cimento-amianto
- 2 telhas de 5 mm (153 x 110 cm)
- 2 placas de concreto para piso.

A organização e racionalização no canteiro superaram em muito algumas empresas privadas.

Panfletos e manuais foram distribuídos, câmaras fotográficas e câmaras de filmagem foram fixadas em pontos estratégicos. A elevação das casas, feita em 12 horas, seria mostrada num filme de dez minutos, surpreendendo os espectadores.

Para cada uma das mil casas havia um técnico funcionário da Prefeitura ou do governo do Estado, encarregado de coordenar a construção e previamente treinado (arquiteto, engenheiro ou mesmo outro tipo de profissional), três pedreiros e quatro serventes. Parte desses trabalhadores "voluntários" foi arrematada pelo coordenador entre seus amigos, parentes, funcionários das empresas mistas municipais ou estaduais ou operários de várias construtoras que prestam serviços ao governo de Goiás.

Mas não foi só na arrematada dessa mão-de-obra gratuita e "voluntária" que o governo Íris Rezende mostrou seu poder de mobilização. Os empresários de ônibus, (transportes públicos) e empresa estadual de transportes foram "convidados" a oferecer transporte gratuito à população que se dirigisse ao mutirão durante 6 horas, no dia 16. Os prefeitos do interior transportaram, gratuitamente, aproximadamente 3 mil pessoas à capital para auxiliar no mutirão. Além disso, foram distribuídos 20 mil lanches e 20 mil refeições por conta do poder municipal.

Três meses de trabalho intenso foram suficientes para preparar o grande show do dia 16. E não se enganaram o governador Íris Rezende e seus assessores que viram premiados os seus esforços de publicidade, com o apoio entusiasmado de uma rede de Televisão. O show atingiu todo o país com repercussões internacionais.

### Presente de grego

Voltemos ao observador desinformado do começo da nossa "estória". Ele achou o conjunto habitacional agradável, embora simples e pobre, e ficou bastante impressionado com a capacidade de ação e mobilização do ex-governador e seus assessores. De fato, participaram do mutirão das mil casas milhares de funcionários da Prefeitura e do governo do Estado

dando todo um dia de trabalho gratuito, "voluntário". Participaram também as construtoras que enviaram seus operários "voluntários" para o trabalho gratuito. Os empresários de ônibus promoveram viagens gratuitas até o Mutirão e os prefeitos do Interior também trouxeram funcionários "voluntários" para ajudar na construção. A grande imprensa de rádio e TV deu destaque ao acontecimento.

Como dizia a manchete do jornal: "uma casa em cada 36 segundos" (Diário da Manhã, 12/10/83). Em meses, seria possível resolver o grave déficit habitacional brasileiro!

Entusiasmado, nosso observador poderia resolver dirigir-se aos privilegiados moradores da Vila Mutirão, em nome de quem todo aquele esforço fora feito. Neste instante, ficou bastante surpreendido com o que ouviu. Uma razoável parte dos moradores da Vila não veio a ela voluntariamente. (\*)

"Antes de vir para cá, a gente tinha as nossas casas arrumadas, com plantação no quintal, tudo construído, então veio o pessoal do governo e nos tirou de lá. Não recebemos nenhuma indenização, perdemos tudo." D. Geralda (Jornal 4 de Outubro/set. 84).

"E nós já perdemos tudo quando saímos de onde vivíamos: emprego, escola para os filhos, perdemos nossas casas construídas com muito sacrifício. Não justifica termos que pagar para viver aqui." Sr. Joaquim (4 de Outubro/set. 84)

"Digo que isso aqui não presta, eu não queria vir para cá, vim porque fui obrigada." Helena Crescêncio de Souza.

Quadra 3, lote 13

"Nas conversas que tínhamos com as pessoas do governo que preenchiam fichas nos passavam medo dizendo que não era obrigado a sair dali, mas os tratores iam passar por cima de tudo." Morador que não quis se identificar.

"E as nossas mudanças? Jamais esqueceremos. Cada família tem sua história triste vendo seus quintais com árvores já formadas sendo derrubadas pelo trator, seus poços e até materiais serem arrastados pelas máquinas. Foi a mudança saindo é a patrula atrás arrancando tudo." Idem.

## A segregação física como política do Estado

O primeiro grande problema da Vila Mutirão e possivelmente sua maior falha está na localização. O núcleo de casas está situado a 14 km do centro de Goiânia e a 8 km aproximadamente de qualquer edificação ou serviço urbano. Grande parte dos moradores pobres e desempregados não tem como pagar o alto custo do transporte até a cidade (46% deles recebem menos de 1 salário mínimo).

"O Iris acha que é importante essas casinhas para o pobre mas não é. Se a gente muda para longe, pra roça, acaba é morrendo de fome, se as crianças adoecem fica difícil de tratar. Eu mesma estou desempregada e vivo lavando roupas para fora, aqui na invasão é mais fácil. **Eu prefiro morar debaixo de um rancho, perto do centro, do que naquelas casinhas.**" (Maria Gomes de Souza — moradora da invasão da BR-153)

"Quem mora na Vila Mutirão enfrenta o maior problema que é a falta do que fazer." (O Popular — 28/5 — Goiânia).

As tentativas de segregação e isolamento da população pobre em conjuntos habitacionais, fora das cidades, não são novas na história da política habitacional no Brasil. A fracassada Vila Kennedy, que o BNH financiou no final dos anos 60 no Rio de Janeiro, talvez tenha sido a tentativa mais estudada e criticada de deslocar subempregados que vivem de "bicos" como a empregada doméstica, o lavador de carros, o pequeno reparador de construção etc. para o exílio da periferia distante. Nela, as oportunidades são nulas, para sair dela há que se enfrentar o custo dos transportes.

Longe de ser o único exemplo de uma política segregacionista em relação ao espaço físico, a Vila Kennedy foi apenas

a experiência mais famosa, talvez porque seus moradores começaram a vender partes da casa para conseguir dinheiro para a alimentação.

Os conjuntos habitacionais do BNH (promoção pública) situam-se frequentemente em áreas desurbanizadas e isoladas em relação à cidade. A localização na cidade tem preço para o dono. Para não contrariar os interesses dos que ganharam com a renda da terra, a política de localização habitacional adotado durante os anos do regime militar foi de exilar e manter os moradores dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda. Em alguns casos, como um deles, aconteceu com o Pró-Morar de Londrina, o isolamento reforçou o desemprego e a marginalidade. A professora que lecionava na escola primária do conjunto, inaugurado com pompas pelo então presidente João Figueiredo, chegou a ser estuprada em um dia (as cores dramáticas não são do texto, mas da realidade).

Muito já se escreveu sobre a anarquia configurada na ocupação da terra nas cidades brasileiras, com a periferização e o crescimento sem qualquer controle, reproduzindo vazios urbanos e grandes lotes de intensa especulação. Até mesmo os documentos oficiais dos governos militares incorporaram muitas das características do ingovernável processo de urbanização brasileiro que pode ver particularmente na fundamentação do projeto de lei chamado de Reforma Urbana (Ministério do Interior — 1954). É realmente grave constatar que o Estado reforçou esse processo com sua política habitacional excluindo parte da população do direito à cidade (lembrando H. Lefèvre) e promovendo a especulação fundiária através do crescimento horizontalizado e de baixa densidade das cidades.

É mais grave ainda constatar que tal política antiurbana aplicada pelo Estado em 1983 em nome das mudanças, democracia e da "Nova República".

Como se já não bastasse isso, os planos desenvolvidos por Atilio Correia de Lima, Luís Saya, Jorge Wilhelm, Lerner e o próprio secretário do Planejamento de Goiás, na época, Flávio Peixoto, desestimularam o crescimento de Goiânia para o Norte, onde estão localizadas as "áreas férteis" e recursos hídricos para o abastecimento da cidade. Nesse órgão de planejamento ou de política habitacional foi construída e exatamente nessa direção foi localizada a Vila Mutirão, que só foi classificado como zona rural de acordo com a legislação em vigor. (Transformada hoje, por lei, em zona de expansão urbana. Essa medida tornou o projeto legal.)

Por que foi exatamente essa a orientação para a localização da Vila Mutirão?

Infelizmente não temos resposta a essa pergunta. Temos, apenas, levantar duas hipóteses:

a) como todo mutirão em Goiânia, a Vila Mutirão se localiza imediatamente à margem de uma grande rodovia, a BR-153, que liga Goiânia à cidade de Aruanã;

b) que interessou favorecer os proprietários das terras situadas entre a malha urbana e a Vila Mutirão, que passaram por grande valorização após a construção do conjunto habitacional e a passagem de zona rural para zona de expansão urbana.

## Antes da habitação, a baixa renda e o desemprego

A renda familiar dos moradores da Vila Mutirão varia entre 0 e 3 salários mínimos:

46% recebem menos de 1 salário mínimo  
46% recebem entre 1 e 3 salários mínimos  
8% recebem mais de 3 salários mínimos

Com a impossibilidade de ir à cidade a pé ou pagar o transporte, surge naturalmente na consciência dos moradores a sensação de prisão. Infelizmente essa analogia não é um exagero, pois o conjunto está atualmente cercado com arame farpado e cercas com fiscais cercam as duas entradas da Vila Mutirão. Os fiscais e um "prefeito" nomeado pelo governador fazem a

(\*) 84% dos moradores vieram de áreas públicas invadidas situadas em locais já urbanizados. São elas: Vila S. José, V. Cosmos, Jardim Europa, J. Novo Mundo e V. Boa.

local. Ninguém que esteja atrasado com a prestação da casa pode entrar ou sair do local com objetos como mobiliário, televisão etc.

"Hoje mesmo aconteceu que Maria de Jesus havia ganhado uma televisão de sua mãe, mas nem teve o gosto de ligar. Mal havia chegado, o administrador Valdeci Camargo mandou a polícia buscar e levar para o escritório."

Mas como um autêntico pai patrão, o governador controla, mas também cuida. Já estão funcionando na Vila Mutirão: uma creche, um posto médico ambulante, um posto comercial e um posto policial. Já que o conjunto está longe da cidade, a cidade vem de alguma forma até ele, através de alguns serviços que viabilizem (mal) a vida ali naquele espaço que acaba sendo **nem rural, nem urbano.**

Para evitar o desequilíbrio de seu grande projeto, o governador tem priorizado o atendimento ali, até mesmo oferecendo empregos em órgãos do Estado para alguns moradores.

Mas se os moradores da Vila Mutirão não têm dinheiro para o transporte, têm muito menos para pagar a prestação da casa, apesar de ser tão baixa: 10% ou 15% do salário mínimo (depende do prazo de pagamento, em 10 ou 15 anos).

Dona Francisca Benta é viúva, tem 46 anos e dois filhos menores, mas dos quais deficiente mental. Vive com uma pensão que é insuficiente para a alimentação. O barraco de tijolos onde vivia antes de ir para a Vila Mutirão foi demolido. O material dessa construção havia sido comprado a prestação, e ainda não foi totalmente pago. Trabalha com lavagem de roupa, mas atualmente não tem dinheiro para pagar o transporte até a cidade.

"Choro de fome com meus filhos."

(Jornal Quatro de Outubro — ano 1, n.º 5, set. 84)

Manoel da Costa, 44 anos, não consegue pagar as prestações da casa, teme ser despejado. Tem mulher e oito filhos.

"Sou um homem desesperado. Meus filhos estão passando fome. Sou servente de pedreiro, aqui não se acha serviço."

(idem, ib.)

Nestes e noutros casos e depoimentos, uma constatação bem conhecida: a casa não é prioritária quando o problema é desemprego. Os moradores da Vila Mutirão, em sua maior parte, não pagavam aluguel ou prestação de casa própria. A mudança para a Vila, além de diminuir as chances de emprego, implicou uma nova despesa, à qual alguns moradores não conseguem fazer frente, pois apenas 8% deles pagavam aluguel e outros 8% moravam em casa própria.

## Processo construtivo, a casa e seu custo

O processo construtivo que se utilizou de placas de concreto (2,5 cm de espessura), pilares de concreto de 8 x 8 cm, estrutura metálica para o telhado e telhas onduladas de cimento-amianto, permitiu um rápido erguimento da construção. A casa construída é de 25,6 m<sup>2</sup> e mais um pequeno cômodo de 12 m<sup>2</sup> destinado ao banheiro (a casa foi entregue sem instalação hidráulica ou sanitária. Acompanhou a mesma um tanque para água de 60 litros).

Sem dúvida a racionalização do processo construtivo reduzindo os materiais a componentes simples facilitou a construção além de permitir uma relativamente alta produtividade no canteiro. A utilização de elementos componíveis pré-fabricados, com como o necessário controle e simplificação dos materiais serem utilizados na construção são conquistas do desenho (design) moderno, indispensáveis à construção de habitação em massa. Há muito a produção fabril já incorporou esses elementos, e se a construção civil não o faz, é devido à própria estrutura do setor (tomado num sentido mais geral) e particularmente à forma artesanal com que são feitas as habitações no Brasil, através da autoconstrução, sem a participação do Estado enquanto gestor da política habitacional. (1)

Abalços sobre o "atraso tecnológico" da indústria da construção podem ser encontradas em "Racionalidade e não racionalização: o caso da construção habitacional", de Nilton Vargas "in" Organização do Trabalho, de N. Vargas e Afonso Carlos Correia (orgs.). São Paulo, Ed. Atlas, 1983. Ou em nossa Tese de Doutorado: "Indústria da Construção e Política Habitacional", FAUUSP, 1984.

O material de construção utilizado na Vila Mutirão, entretanto, placas de concreto de 2,5 cm de espessura na vedação e telhas de cimento-amianto na cobertura, é inadequado ao clima tropical de Goiânia. Nos momentos de pico, a temperatura interna das telhas chega a se aproximar dos 50°C, de acordo com o especialista em conforto ambiental Luiz Carlos Chichierchio.

As aberturas que foram deixadas para ventilação das telhas não resolvem o problema das altas temperaturas no verão e ainda tornam a casa inadequada também para o inverno, quando ela admite ventilação exagerada, mesmo para o frio de Goiânia.

Logo após a construção, uma forte chuva acompanhada por ventania destelhou 20 casas segundo versão oficial — ou 300 casas segundo versão extra-oficial (funcionários da Prefeitura e moradores da Vila).

"Vim porque disseram que era para vir e que se não viesse iriam passar a patrula por cima. Meus filhos estão todos doentes e meu marido também. Ainda por cima a chuva veio e levou todas as telhas desta casa, nos deixando no tempo. Entregaram a casa até sem banheiro para nós. A minha casinha lá onde eu estava era ruim, mas eu nunca fiquei no tempo por causa de chuva."

Araci Custódio da Luz — Quadra 8, lote 14

Algumas pequenas correções foram introduzidas no processo construtivo, nos mutirões que se seguiram em municípios do Interior do Estado, para construção de 3.384 habitações ou mil salas de aula. Mas, basicamente, os materiais e o processo de trabalho permaneceram os mesmos.

O custo final das habitações está longe do que foi anunciado oficialmente: 74 ORTNs (inclusive terreno). Em primeiro lugar é preciso contabilizar três meses de preparação do grande mutirão, quando a Codeg-Cia. de Desenvolvimento do Estado de Goiás coordenou o trabalho com algumas empresas (produção de materiais, preparo do canteiro, treinamento da mão-de-obra — um encarregado por casa — preparo das ferramentas etc.)

As ferramentas e complementos utilizados também devem entrar no custo:

- 4 cavaletes
- 4 tábuas para andaime, 2 caibros, 8 pares de luvas, escada, martelo, chave de boca para parafusos, fio de prumo,
- 2 colheres de pedreiro, soquete de madeira para o piso, enxadão, enxada, pá e 3 baldes

sendo que esse conjunto deve ser multiplicado por mil dada a exigência de fazer as mil casas de uma vez. Note-se que todo esse material não pôde ser reutilizado nos mutirões dos municípios do Interior devido ao custo dos transportes. (1)

Devemos considerar também o custo das 20 mil refeições e 20 mil lanches distribuídos pelo governo, e lembrar que os custos de transportes da mão-de-obra foram arcados pelos empresários de ônibus, pela empresa estadual de transportes, pelas prefeituras do interior, pelas empresas construtoras etc.

Mas duas despesas principais contrariariam qualquer pretensão de orçamento barato para as casas da Vila Mutirão.

A primeira está nos gastos com infra-estrutura que o governo foi obrigado a construir posteriormente para tornar o lugar habitável: estender a rede de água até cada casa (reivindicada pelos moradores), asfaltar e iluminar as ruas principais, estender a coleta de lixo semanal da cidade até a Vila Mutirão, pôr a creche, o posto policial e também a escola a funcionar, além de providenciar os fiscais e o "prefeito" que trabalham como administradores locais.

A segunda grande despesa foi feita na intensa campanha publicitária que cercou o evento e sua preparação: filmes, panfletos, publicidade em rádio, televisão e jornais.

## Mutirão: quem ganha?

"Mutirão: auxílio gratuito que se prestam uns aos outros os trabalhadores reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho

(1) Talvez devêssemos contabilizar também nos custos a ampliação dos depósitos municipais que tiveram de receber mil escadas, 4 mil cavaletes etc.

## ESPAÇO ABERTO / mutirão

com proveito de um só, que é o beneficiado, mas que nesse dia faz as despesas de uma festa ou função."

Novo Dicionário Aurélio

A prática do mutirão para a construção de habitações ou de infra-estrutura urbana tem-se generalizado no país, nos últimos três anos. (2) E se na construção de moradias ela pode ter alguma, porém frágil, justificativa, já que o morador está empenhado no trabalho para a construção de um bem-mercadoria, do qual se apropria privadamente, na construção de infra-estrutura urbana (rede de esgotos, água, guias e sarjetas, escolas etc.) ela constitui um artifício cruel se considerarmos o índice de desempregos que atinge a população urbana, no Brasil, hoje. São moradores subempregados ou desempregados que dão trabalho gratuito na produção do seu ambiente urbano. Dessa forma ficam intocados o processo de trabalho na indústria da construção com exploração intensiva de mão-de-obra abundante. Ficam também intocados a alta margem de lucro dos empresários que constroem para um segmento restrito do mercado, mas de altas rendas, mantendo padrões elitistas de urbanização.

No que se refere à edificação, essa forma "econômica" de construir através do mutirão, mantém o grosso dos recursos financeiros na parte superior do mercado. O SFH não muda substancialmente, como não muda a especulação com a renda fundiária e imobiliária. A indústria de materiais de construção é o único segmento do capital imobiliário que não permanece indiferente à prática do mutirão de casas, já que é a grande beneficiada com sua generalização.

Além de tudo isso, os mutirões têm-se revelado muito eficazes para o clientelismo na relação governo/eleitorado. Com o barateamento de pequenas obras feitas artesanalmente os governos municipais e estaduais têm condições de multiplicar os recursos destinados à periferia urbana, sem modificar a estrutura dos orçamentos que respondem, em grande parte, ao interesse das grandes empreiteiras.

O "mutirão das mil casas" vai além dessas constatações que podem ser feitas para os mutirões promovidos pelo Estado. Ele constitui um fato privilegiado para analisar os rumos da política habitacional na chamada "Nova República", e o caráter do Estado.

O aparelho de Estado se apresenta muito mais forte e penetrante na emergência dessa nova fase populista do que era antes de 1964. O Estado é um grande cliente e empregador por excelência, particularmente dos profissionais, portadores de títulos universitários. A cooptação que se faz através do vínculo empregatício diminui em muito o poder de crítica de profissionais técnicos e intelectuais. Apenas os maiores núcleos urbanos brasileiros, onde o peso do Estado enquanto empregador não é tão alto, e as máquinas são menos centralizadas, fogem a essa regra de grande influência sobre a "opinião pública". Em Goiânia é fácil encontrar arquitetos, engenheiros ou sociólogos que criticam a Vila Mutirão, porém ninguém que assuma publicamente a crítica. A imprensa local, que apóia o governador, censura declarações críticas à sua principal obra. (Goiânia tinha três grandes jornais até 1983; hoje tem apenas um, que apóia Íris Rezende.)

A censura e a coerção não são exercidas diretamente como o eram durante o governo ditatorial. Elas passam por cooptação e acordos, dos quais não participam os trabalhadores e a imensa população pobre e subempregada de Goiânia.

Nós constatamos na Vila Mutirão o tratamento dado à população que para lá foi deslocada, como objeto e não sujeito da ação.

"...nós fomos para ali igual um bando de rebanho transferido de uma inverno pra outra..."

morador que não quis se identificar

(Jornal 4 de Outubro, abril, 1984)

(2) Ver a respeito "Avaliação de experiências de auto-ajuda e ajuda mútua". Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, SP, 1984.

Os moradores não participaram de qualquer decisão sobre o projeto das casas, a localização da vila, sua construção, financiamento etc. E para lá foram levados com promessas e ameaças veladas.

A necessidade de assegurar o sucesso ou, o que é o mesmo, impedir o fracasso da Vila Mutirão, "cartão de visita de Goiânia, levará o governador a assegurar condições privilegiadas" de moradia àquela população, se tomarmos como referência a situação em que vivem os aproximadamente mil invasores que ocupam a periferia da cidade.

O paternalismo do governador, combinado à coerção exercida pelos fiscais, desestimulam as nascentes manifestações de revolta dos moradores.

"Ali o 'prefeito' Valdeci Camargo controla tudo. A respeito de deixar sair nada de alguém que deva alguma prestação de trabalho própria. Os fiscais, além dos que ficam nas guritas, patrulham a vila, cobrando, fazendo ameaças e delatando moradores que não pagam. A razão estão descontentes com o desconforto da Vila Mutirão." (O Popular — 28/5 — jornal que fechou por falência)

No Natal de 1983, cada família da Vila ganhou um pacote contendo: 2 l de óleo, 5 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg de açúcar, 2 kg de farinha, 1 kg de sal, 1 kg de fubá e 1 kg de macarrão.

É um gesto coerente do homem de "mãos calejadas" que cortou o uísque consumido no Palácio do Governo e do café da manhã às crianças pobres que perambulavam na Praça Cívica, defronte do palácio, como ele mesmo divulgou em entrevista televisada.

O tratamento dispensado à Vila Mutirão é, sem dúvida, especial e localizado e seu efeito publicitário multiplicado eletronicamente pela TV. Os graves problemas de moradia em Goiânia apresenta, representados pelas invasões que proliferam sem infra-estrutura, têm sido ignorados pelo governador. Para enfrentá-los o governador teria de se defrontar com aliados: os loteadores, os grandes proprietários de terras, os promotores imobiliários e as empreiteiras.

Além disso, o governador teria de se defrontar com a chamada União das Invasões, que, além dos profissionais, técnicos e estaduais, é o único grande centro de resistência à sua hegemonia.

A UPG-União dos Posseiros de Goiânia — associação que reúne inúmeras áreas de invasão, desenvolveu propostas de doação das terras. Eles pretendem e exigem serem tratados como sujeitos de sua própria história. Em que pese as tentativas de divisão, cooptação e manipulação pelo Estado, em certo ponto bem-sucedidas, há um espaço de liberdade política em Goiânia: é a UPG.

### REFERÊNCIAS:

- 1 — Beraldo, José Maurício (pres. da União dos Posseiros Urbanos do Estado de Goiás — UPG)  
"Vila Mutirão, o mito e a realidade num governo populista", mimeo, Goiânia, 1985
- 2 — Riknelson (estudante Arquitetura PUC-GO)  
"Mutirão da Moradia / Vila Mutirão"  
Departamento de Artes e Arquitetura — Universidade Federal de Goiás
- 3 — Jornais  
Diário da Manhã — Goiânia  
O Popular — Goiânia  
Quatro de Outubro — órgão de divulgação da UPG-GO
- 4 — Documentos da Cia. de Desenvolvimento do Estado de Goiás
- 5 — Depoimentos de moradores da Vila Mutirão
- 6 — Conferência — prof. Pedro Wilson Guimarães — PUC-GO
- 7 — Depoimentos de urbanistas empregados do governo municipal estadual.

**Erminia Maricato** — formada pela FAUUSP, doutora em área de urbanização, organizou o livro "A produção capitalista da casa popular" no Brasil industrial, além de várias pesquisas no campo da habitação popular; **M. Moraes** — arquiteta, especialista em planejamento urbano.